



M 92 ✓

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2020

O **Município de Gravatá**, Estado de Pernambuco, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Cleto Campelo, nº 268, Centro – Gravatá-PE, inscrito no **CNPJ sob o nº 11.049.830/0001-20**, através das seguintes secretarias: **Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Controle Urbano**, neste ato representada pelo Secretário de Infraestrutura Mobilidade e Controle Urbano, Sr. Euclides Gomes da Silva Filho, Brasileiro, Portador da Cédula de Identidade nº 5513460 SSP/PE e do CPF/MF sob o nº 035.544.573-53, residente e domiciliado na Rua Conselheiro Portela, nº 285, Apto 1001, Espinheiro, Recife-PE; **Secretaria de Educação**, neste ato representada pela Secretária de Educação, Sra. Irismar Ribeiro Dias, Brasileira, Portadora do CPF/MF sob o nº 022.017.834-89, residente e domiciliada na Rua Hilda Gonzales, nº 23, Apt. 202, Galeria Lima, Centro, Gravatá-PE, nos termos do que dispõem as Leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico CPL/PMG nº 008/2020 – Processo Licitatório nº 024/2020**, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** ofertados pela empresa vencedora do certame, **VALOR SUPRIMENTOS – COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSUMO EIRELI**, CNPJ Nº 70.066.840/0001-32, localizada na Rua Santa Cruz Futebol Clube, nº 1060, CEP 52.171-026, Dois Irmãos, Recife-PE, neste ato representada por seu Procurador, Sr. Jan Van Eyck Batista de Sena, brasileiro, portador do **RG: 5.784.247 - SSP/PE** e inscrito no CPF/MF sob o nº 045.968.054-40, declarando desde já que os ratifica e se compromete a mantê-los durante a vigência desta ATA, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

Esta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** tem como objeto a **Contratação de pessoa jurídica para fornecimento parcelado de material de construção visando atender as necessidades de todos os espaços públicos do município de Gravatá/PE, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Termo de Referência.**

1.1. Ressalte-se que a motivação para a formalização de uma **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** com o objeto em epígrafe encontra fundamento no **Decreto Federal nº 9.488/2018** e **Decreto Municipal nº 016/2018**, uma vez que se trata de fornecimento com contratações frequentes e previsão de entregas parceladas, com remuneração estipulada em unidades de medida.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Municipal a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos itens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Controle Urbano
Rua Maurício de Nassau nº 87, Centro, Gravatá-PE.
Email: prefeituragravata.seinfra@gmail.com



1193

2. DOS PREÇOS

2.1. O Fornecedor se compromete a fornecer o(s) itens(s) de acordo com os preços registrados, conforme planilha:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
65	Lâmpada tubular LED 9w	UND	250	EMPALUX	R\$ 14,80	R\$ 3.700,00
66	Lâmpada tubular LED 18w	UND	500	EMPALUX	R\$ 16,51	R\$ 8.255,00
99	Refletor de LED 100w	UND	20	EMPALUX	R\$ 130,00	R\$ 2.600,00
105	Lâmpada de LED 10w	UND	200	EMPALUX	R\$ 9,00	R\$ 1.800,00
121	Assento para bacia sanitária	UND	100	GRAMPLAST	R\$ 17,79	R\$ 1.779,00
273	Escada tesoura de elevação 6 degraus	UND	6	MOR	R\$ 244,16	R\$ 1.464,96
274	Espátula com cabo de 10cm	UND	25	ROMA	R\$ 10,12	R\$ 253,00
275	Espátula com cabo de 12cm	UND	30	ROMA	R\$ 12,20	R\$ 366,00
281	Gadanhos leve com cabo	UND	20	NOVE.54	R\$ 50,55	R\$ 1.011,00
293	Marreta com cabo de madeira de 2kg	UND	20	MONFORT	R\$ 37,00	R\$ 740,00
410	Massa corrida interior com 18lt	LATÃO	150	LUX	R\$ 36,66	R\$ 5.499,00
418	Pincel trincha 2.1/2"	UND	100	ROMA	R\$ 9,00	R\$ 900,00
421	Selador acrílico exterior e interior com 18lt	LATÃO	120	LUX	R\$ 77,50	R\$ 9.300,00
424	Tinta demarcação viação amarela 18lt	LATÃO	10	MAZA	R\$ 600,00	R\$ 6.000,00
426	Tinta externo acrílica amarelo 18lt	LATÃO	150	NORCOLA - COLORIR	R\$ 124,33	R\$ 18.649,50
427	Tinta exterior acrílica branca 18lt	LATÃO	50	NORCOLA COLORIR	R\$ 124,99	R\$ 6.249,50
429	Tinta interior acrílica azul 18lt	LATÃO	270	LUX DURAMAIS	R\$ 103,70	R\$ 27.999,00
430	Tinta interior acrílica azul 18lt	LATÃO	150	LUX DURAMAIS	R\$ 86,66	R\$ 12.999,00
456	Lona plástica com 8m de largura	UND	10	MAXILONA	R\$ 1.399,60	R\$ 13.996,00
464	Porta semi-oca de 80cm	UND	100	MADCENTRO	R\$ 89,00	R\$ 8.900,00
480	Dispensador de papel higiênico rolo com 300m branco	UND	100	PLESTIN	R\$ 80,00	R\$ 8.000,00
481	Dispensador de papel interfolhado parede branco	UND	100	PLESTIN	R\$ 43,00	R\$ 4.300,00
482	Dispensador de álcool ou sabonete líquido para parede Branco	UND	100	PLESTIN	R\$ 80,00	R\$ 8.000,00

Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Controle Urbano
Rua Maurício de Nassau nº 87, Centro, Gravata-PE.
Email: prefeituragravata.seinfra@gmail.com



VALOR TOTAL DA PROPOSTA

R\$ 152.760,96

- 2.2. Os preços a serem praticados estão devidamente registrados neste instrumento e são considerados completos, ou seja, abrangem todos os encargos de natureza tributária, previdenciária, transporte, ou de qualquer outra forma, que direta ou indiretamente possam incidir sobre o objeto.
- 2.3. Os preços unitários para fornecimento do objeto de registro serão os de menores preços inscritos nesta Ata de Registro de Preços, ofertados no **Pregão Eletrônico CPL/PMG nº 008/2020**, de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas de preços que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.
- 2.4. Quando os preços registrados se tornarem superiores aos preços praticados no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador deve convocar os Fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 2.5. Os Fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado devem ser liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 2.6. Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados e o Fornecedor não puder, comprovadamente, cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador pode:
- 2.6.1. Liberar o Fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
- 2.6.2. Convocar os demais Fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 2.7. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços ou dos itens correspondentes do referido fornecedor, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 2.8. Não serão possíveis reequilíbrios e reajustes na Ata de Registro de Preços.
- 2.9. Os preços registrados nos contratos derivados da Ata, todavia, poderão ser revistos e/ou reajustados mediante requerimento formal do Fornecedor ou mediante solicitação formal do Órgão Gerenciador e/ou do eventual **CONTRATANTE**.
- 2.10. A Revisão dos preços registrados nos contratos derivados da Ata ocorrerá no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.



1195

2.11. O Reajuste dos preços registrados nos Contratos derivados da Ata somente ocorrerá quando do transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta, e deverá observar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme prevê o inciso III do artigo 1º da Lei Estadual (PE) nº 12.525/2003, aplicado ao caso por analogia em face da omissão de previsão na legislação municipal.

3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 3.1. São participantes deste registro de preços a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Mobilidade e Controle Urbano e a Secretaria Municipal de Educação.
- 3.2. A(s) empresa(s) detentora(s) da Ata de Registro de Preços oriunda do certame deverá(ão) manter as mesmas condições de qualidade do objeto licitado, bem como a observância de todas as suas obrigações previstas neste registro de preços, indiscriminadamente, a todos os órgãos participantes deste registro de preços.

4. DAS ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

- 4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador e em observância aos limites previstos no **Decreto Federal nº 9.488/2018**.
- 4.2. Os Órgãos e Entidades Não Participantes, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, devem consultar o Órgão Gerenciador, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, considerando se conveniente e oportuno, para indicar os possíveis Fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Cabe ao Fornecedor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, inclusive quanto às negociações promovidas pelo Órgão Gerenciador, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão a um Órgão Não Participante, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.
- 4.4. Os Órgãos e Entidades Não Participantes devem, antes de solicitar adesão à Ata de Registro de Preços, realizar pesquisa prévia de mercado a fim de comprovar a vantajosidade dos preços registrados.

Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Controle Urbano
 Rua Maurício de Nassau nº 87, Centro, Gravata-PE.
 Email: prefeituragravata.seinfra@gmail.com



- 4.5. As aquisições ou contratações adicionais referidas neste item não podem exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.
- 4.6. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não pode exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independente do número de Órgãos Não Participantes que a aderirem.

5. DA(S) CONVOCAÇÃO(ÕES) PARA A(S) ASSINATURA(S) DO(S) CONTRATO(S)

- 5.1. A Detentora da Ata terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da notificação, para assinar o Contrato ou entregar o objeto adjudicado em perfeitas condições de uso e consumo, nos termos das contratações levadas a efeito.
- 5.2. A recusa injustificada da empresa detentora da Ata em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no item anterior, acarretará a aplicação das penalidades estabelecidas pela Administração, além do cancelamento do registro do fornecedor, em consonância com o disposto no edital que deu origem a esta Ata.
- 5.3. A contratação será precedida da inscrição do licitante no Registro Cadastral do Município e da emissão de Nota de Empenho, sendo convocado o adjudicatário para assinatura do termo de contrato.
- 5.4. No ato da contratação, se for o caso, a empresa detentora da Ata deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

6. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

- 6.1. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de **12 (doze) meses** contados a partir de sua assinatura, período no qual a detentora da Ata se obriga a garantir o objeto e os preços registrados durante este período.
- 6.2. Será obrigatório o Termo de Contrato nos casos previstos na Lei 8.666/1993, quando a interessada será convocada para assinar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/1993, e subsequentes alterações, e no Edital; no entanto, tratando-se de fornecimento com execução imediata e integral, poderá ser aplicado, a critério da Administração, o que determina o §4º do artigo 62 da Lei de Licitação.



M 97 u

- 6.3. Em sendo formalizado o contrato, tendo em vista o disposto no item anterior, ele terá vigência de 12 (doze) meses a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 57, da Lei nº 8.666/1993.
- 6.4. Qualquer solicitação de prorrogação de prazos previstos somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.
- 6.5. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da convocação para a assinatura do contrato ou se recuse a assiná-lo nas condições estabelecidas na proposta aceita, poderão ser convocados para assinar a Ata de Registro de Preços os participantes remanescentes, observada a ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste documento, e no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, observados a ampla defesa e o contraditório.

7. DA VALIDADE DOS PRODUTOS REGISTRADOS

- 7.1. O objeto fornecido deverá atender os requisitos de garantias exigidas pelos órgãos de fiscalização oficiais.
- 7.2. Estando os produtos com a validade comprometida, a detentora da Ata deverá fornecer novos produtos no prazo máximo de 30 (trinta) dias sem quaisquer custos adicionais.
- 7.3. Para fins de recebimento de todos os produtos licitados, serão considerados como pré-requisito o peso, a unidade e a qualidade dos produtos registrados, em total correspondência com as especificações previstas no Edital do **Pregão Eletrônico nº 008/2020 – Processo Licitatório CPL/PMG nº 024/2020**.

8. DA ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO

8.1. Os materiais deverão ser entregues, conforme demanda, com prévia ordem de fornecimento, emitida pelo gestor do contrato, **EXCLUSIVAMENTE** no endereço da Secretaria de Infraestrutura Mobilidade e Controle Urbano, localizada na Rua Maurício de Nassau, 87, Gravatá/PE ou conforme endereços dos Prédios públicos discriminados na ordem de fornecimento, incluindo locais dos Distritos: Mandacaru, Uruçu-Mirim, Russinha, Avencas e os Sítios nos quais existam Unidades Escolares Municipais e Postos de Saúde.

8.2. O bem será recebido provisoriamente, imediatamente depois de efetuada a entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Handwritten signature and arrows pointing to the contact information.

Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Controle Urbano
 Rua Maurício de Nassau nº 87, Centro, Gravatá-PE.
 Email: prefeituragravata.seinfra@gmail.com

Handwritten signature.

Handwritten signature.



8.3. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4. O bem será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.4.1. Na hipótese de verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1. Durante a vigência da Ata, sua execução será acompanhada e fiscalizada pelo órgão **CONTRATANTE** e, também, pela Secretaria demandante, devendo a detentora da Ata fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

9.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, no prazo do item anterior, visando à adoção das medidas necessárias.

9.3. A fiscalização e a gestão do contrato ficarão a cargo de servidores distintos designados pelo órgão **CONTRATANTE** que deverão acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas.

9.4. A detentora da Ata deverá manter preposto, aceito pela Secretaria Demandante, estabelecido e registrado na assinatura da Ata, durante o período de sua vigência, para representá-la sempre que for necessário.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1 Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

10.1.1 A Secretaria demandante, órgão gestor da Ata de Registro de Preços, deverá:

Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Controle Urbano
Rua Maurício de Nassau nº 87, Centro, Gravata-PE.
Email: prefeituragravata.seinfra@gmail.com



1199

10.1.1.1 Assinar a Ata de Registro de Preços;

10.1.1.2 Providenciar a publicação inicial do extrato da Ata de Registro de Preços;

10.1.1.3 Autorizar os órgãos e entidades participantes do registro de preços a firmar os contratos de adesão nos quantitativos determinados;

10.1.1.4 Manter o controle dos quantitativos disponíveis para os participantes do registro de preços;

10.1.1.5 Verificar, periodicamente, a vantajosidade dos itens do objeto da Ata de Registro de Preços;

10.1.1.6 Aplicar, a qualquer momento, as penalidades previstas na Ata de Registro de Preços;

10.1.1.7 Acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

10.1.1.8 Autorizar adesões à Ata de Registro de Preços;

10.1.1.9 Realizar pesquisa de mercado para identificação do valor máximo da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;

10.1.1.10 Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos Fornecedores registrados para atendimento das necessidades do órgão ou entidade requerente;

10.1.1.11 Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

10.1.1.12 Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

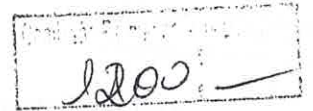
10.1.1.13 Observar os limites estabelecidos para os Órgãos participantes e não participantes.

11. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS CONTRATANTES

11.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

11.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Controle Urbano
 Rua Maurício de Nassau nº 87, Centro, Gravatá-PE.
 Email: prefeituragravata.seinfra@gmail.com



11.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

11.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

11.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e na forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

11.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA / DETENTORA DA ATA

12.1. Constituem obrigações da detentora da ATA:

12.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços;

12.1.2. Obedecer às especificações dos materiais contidas no ANEXO I do TR;

12.1.3. Responsabilizar-se pela entrega dos materiais conforme estabelecido no **ITEM 06** do TR, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada;

12.1.4. O retardamento na entrega do objeto, não justificado, considerar-se-á como infração contratual;

12.1.5. Substituir, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os materiais que não estejam em conformidade com as especificações;

12.1.6. Garantir que os materiais fornecidos atendam às exigências do ANEXO I do TR e que os mesmos serão entregues com toda segurança de forma a preservar a integridade dos produtos, no local indicado pela contratante;

12.1.7. Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser, de imediato, confirmados por escrito;





Comiss. 1201 -

12.1.8. Comunicar à contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

12.1.9. Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, e custos de deslocamento necessários ao fornecimento dos materiais;

12.1.10. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

12.1.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de licitação, consoante o que preceitua o inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/1993, atualizada;

12.1.12. Necessário ter o Alvará de Funcionamento do Estabelecimento.

13. DO PRAZO E DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento definitivo dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, com o devido atesto do Gestor responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato.

13.2. O pagamento só será efetuado na forma prevista neste documento se a licitante vencedora comprovar regularidade fiscal e previdenciária.

13.3. O pagamento será efetuado através de ordem bancária a favor da instituição bancária indicada pela **CONTRATADA**.

13.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do **CONTRATANTE**, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pelo ÓRGÃO entre a data referida no item 13.1 e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

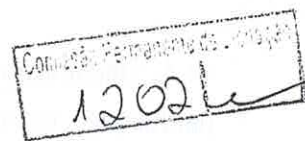
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Controle Urbano
 Rua Maurício de Nassau nº 87, Centro, Gravatá-PE.
 Email: prefeituragravata.seinfra@gmail.com



VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)^t}{365} = \frac{(6/100)^1}{365} = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13.5. A atualização financeira prevista nesta condição será incluída na Nota Fiscal/Fatura específica para a ocorrência.

14. DAS PENALIDADES

14.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documento exigido para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Municipal.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Licitação, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

I - advertência;

II – multa, nos seguintes termos:

- a) pelo atraso na entrega do objeto, em relação ao prazo estipulado, de 1% (um por cento) do valor total contratado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento);
- b) pela recusa na entrega, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado, de 10% (dez por cento) do valor total contratado;
- c) pela demora em corrigir falha no produto, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total da nota fiscal, por dia decorrido;
- d) pela recusa em corrigir as falhas no produto, entendendo-se como recusa a falha ou defeito do produto nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor total da nota fiscal;
- e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei Federal nº 8.666/1993, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 2% (dois por cento) do valor total contratado.

14.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos.



14.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item acima.

14.5. As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a CONTRATADA cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual.

14.6. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos legais, sendo-lhe franqueada vista do processo.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, logística (carregamento e descarregamento do material), comissões, pessoal, embalagem, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que natureza forem.

15.2. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital do **Pregão Eletrônico CPL/PMG nº 008/2020** e nos termos da legislação pertinente.

15.3. O Fornecedor fica obrigado a manter, durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

16. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Este Registro de Preços poderá ser cancelado a qualquer tempo por inobservância de qualquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial e também nos casos de Falência, Recuperação Judicial, Recuperação Extrajudicial ou Dissolução da **CONTRATADA**, bem como da transferência do presente Contrato, no todo ou em parte, imperícia, negligência ou imprudência na durante a execução do fornecimento, conforme preceitua a Seção V do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.1.1 Não se aplicará o cancelamento por motivo de recuperação judicial, de que trata o item anterior, caso a empresa detentora da ata já tenha tido o plano de recuperação homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que

Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Controle Urbano

Rua Maurício de Nassau nº 87, Centro, Gravatá-PE.

Email: prefeituragravata.seinfra@gmail.com



certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações assumidas.

17. DA SUCESSÃO

17.1. Este Registro de Preços obriga as partes **CONTRATANTES** e os seus sucessores, que, na falta delas, assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.

18. DA PUBLICAÇÃO

18.1. Esta Ata de Registro de Preços terá o seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado, como condição de sua eficácia, na forma preconizada no parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/1993.

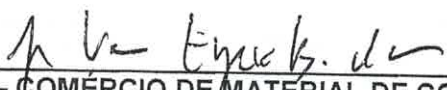
19. DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Gravatá/PE para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Gravatá, 12 de agosto de 2020.

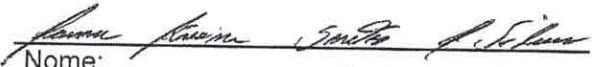

IRISMAR RIBEIRO DIAS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO


EUCLIDES GOMES DA SILVA FILHO
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E CONTROLE URBANO


VALOR SUPRIMENTOS – COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSUMO EIRELI
JAN VAN EYCK BATISTA DE SENA

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Nome: _____
CPF nº. _____

2 - 
Nome: _____
CPF nº. 053.009.889-99

VISTO DO JURIDICO: 
JOSÉ DAVID GIL RODRIGUES FILHO
PROCURADOR GERAL



REPORT

1. Introduction

2. Objectives

3. Methodology

4. Results

5. Discussion

6. Conclusion

7. References

8. Appendix

9. Acknowledgements

10. Bibliography

11. Glossary

12. Index

13. Summary

14. Abstract

15. Executive Summary

16. Introduction

17. Conclusion

12